

# IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO PERÍODO DE DESMOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE<sup>1</sup>

Ronicleici Santos da Conceição<sup>2</sup>  
Assis da Costa Oliveira<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Pará

## Resumo

Identificar e analisar os impactos sociais do estágio atual desmobilização dos trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, de modo a compreender as dinâmicas de interferência nas condições de vida e nas políticas públicas relacionadas às crianças e aos adolescentes, além das redes de sociabilidade em que estão inseridas, especialmente a família e a comunidade. A metodologia de pesquisa utilizada é o da pesquisa qualitativa, mediante realização de entrevistas semiestruturada com informantes crianças, adolescentes e adultos, pesquisa documental nas instituições da rede de proteção e nos órgãos ligados ao empreendimento, e produção de desenhos com crianças. Discuti-se a relação entre a desmobilização dos trabalhadores e o aumento dos casos de conflitos familiares, sendo motivado, em grande parte, pelas demandas de reconhecimento de paternidade, guarda e pensão alimentícia, assim como de transferência de escolas, que ocasiona maior pressão de atendimento pelo Conselho Tutelar de Direitos de Altamira e, sobretudo, pela Defensoria Pública do Estado, instituições que ficaram ainda mais fragilizadas e sobrecarregadas. Nos reassentamentos urbanos coletivos Laranjeira e São Joaquim, identificaram-se ausências e deficiências de serviços básicos de educação, saúde e lazer que prejudicam as condições de vida de crianças e adolescentes, além das mesmas expressarem, por desenhos ou falas, sentimentos de pertencimento aos territórios de origem relacionados às redes de sociabilidade que se perderam ou que se mantém conectadas, agora, pelas redes sociais digitais.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes, Impactos Sociais, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Desmobilização, Reassentamentos.

**Abstract:** Identify and analyze the social impact of the current stage demobilization of workers of the Belo Monte Hydroelectric Plant, in order to understand the dynamics of interference in living conditions and public policies related to children and adolescents, in addition to social networks that are inserted, especially the family and the community. The research methodology used is qualitative research by conducting semi-structured interviews with informants children, adolescents and adults, documentary research on the safety net of the institutions and agencies related to development, and production drawings with children. Discussed the relationship between the demobilization of workers and the increase in cases of family disputes, being motivated in large part by the acknowledgment of paternity demands, custody and alimony, as well as transfer schools, which leads to higher pressure call the Child Protection

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará, *Campus* de Altamira. Bolsista PIBIC/UFPA. E-mail: [inserir e-mail aqui].

<sup>3</sup> Docente da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, *Campus* de Altamira. E-mail: assisdco@gmail.com

Council of Altamira rights and, above all, the State Public Defender, institutions that were even more fragile and overburdened. The collective urban resettlements Orange and San Joaquin, were identified absences and deficiencies in basic services of education, health and leisure that affect the living conditions of children and adolescents, in addition to these express, for drawings or lines, belonging feelings to the territories related to social networks origin that have been lost or remains connected now by digital social networks.

Keywords: Children and Adolescents, Social Impacts, Belo Monte Hydroelectric Plant, Demobilization, Resettlement.

## Introdução

Os impactos sociais das políticas de desenvolvimento alcançam a todos os lugares e territórios da Amazônia brasileira, e ainda estão distantes de serem amenizados ou repensados. Muda-se a forma de exploração dos recursos naturais ou de implantação de infra-estrutura, porém os impactos sociais e conflitos territoriais são de extrema semelhança histórica e conjuntural, revelando um cenário de “descaso planejado” para com as populações diretamente afetadas pelos grandes empreendimentos desenvolvimentistas e, no caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte<sup>4</sup> (UHE Belo Monte), atualizados (e reiterados) no processo de demissão massiva dos trabalhadores dos canteiros de obra, iniciado no mês de setembro de 2015, quando a Norte Energia S.A. (NESA) promoveu um processo tecnicamente denominado de “desmobilização dos recursos humanos do empreendimento”.

Segundo dados internos obtidos com funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), entre setembro de 2015 e janeiro de 2016 o quantitativo de recursos humanos internos no empreendimento passou de 29 mil pessoas para pouco mais de 10.200 pessoas, uma redução de 65%. Até julho de 2016, a obra passará a ter 7 mil funcionários, com o planejamento de fechar o ano de 2016 na meta interna de 4 mil pessoas, “rivalizando” com outros 4 mil trabalhadores contratados pelo Consórcio Montador Belo Monte (CMBM), que tem a incumbência de instalar as turbinas de geração da energia. De acordo com o ofício recebido pelo CCBM (2016), no período de outubro de 2015 a abril de 2016, foram desmobilizados 15.680 funcionários, estimando-se que até dezembro de 2016 tenha sido desmobilizado 10.306 no total.

Toda esta mudança interna no empreendimento repercute diretamente nas condições de vida na cidade de Altamira e na produção de novos (ou velhos) impactos sociais às crianças e aos adolescentes, sendo importante identificá-los e propor medidas de correção (ou intervenção) desde uma perspectiva de atuação local e/ou pensando enquanto referencial para a implantação de outras grandes obras na Amazônia.

---

<sup>4</sup> Desde o ano de 2010, o município de Altamira, sudoeste do Pará, passa pelo processo da implantação da UHE Belo Monte, projetada para ser, quando finalizada em 2019, a terceira maior hidrelétrica do mundo e a maior hidrelétrica nacional. É importante frisar que a mesma era almejada desde os idos da década de 1970, porém só entrou em processo de planejamento efetivo para a construção em 2005, após ser definida como uma das prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula (Sevã Filho, 2005), com continuidade no governo Dilma, integrando-se, numa escala regional latino-americana, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (Bermann, 2012). A usina tem potência instalada de 11.233 MW, sendo a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior do mundo, porém com capacidade média de apenas 4.428 MW, ou seja, 39% do potencial máximo, devido a redução da vazante do Xingu nos períodos de junho à outubro, conhecido localmente como época do verão amazônico.

Assim, busca-se ampliar a percepção sobre os efeitos negativos ocasionados pela etapa atual de construção da hidrelétrica em relação às condições de vida e às políticas públicas de crianças e adolescentes no município de Altamira, sudoeste do Pará, com foco na análise de dados oficiais e de interação com diferentes sujeitos que vivenciam tal contexto: crianças, adolescentes, familiares adultos e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Com isso, entende-se ser possível o mapeamento das situações vivenciadas, das condições dos serviços públicos e a elaboração de proposições que visem sanar ou reduzir os impactos dos problemas.

## **Metodologia**

A metodologia adotada na presente pesquisa é de cunho qualitativo, com a qual procuramos desenvolver a coleta de um conjunto de dados que melhor abordassem os sentidos e significados que os agentes locais e os documentos institucionais tinham para com o assunto estudado. De acordo com Minayo (2000), trata-se de um recorte metodológico característico das Ciências Sociais (pensada enquanto campo científico que se distingue das Ciências Naturais), a partir do qual há de entender o objeto como sendo essencialmente qualitativo, pois a realidade social na qual se insere é apreendida pelo pesquisador por meio de sucessivas aproximações, idas-e-vindas, na qual ocorre o diálogo entre teoria e prática.

Com isso, abre-se uma janela metodológica para estruturação de diagnóstico continuado da situação, principalmente nos aspectos sociais que interferem diretamente nas dinâmicas de vida de crianças e adolescentes, dialogando com a análise estatística. Serve-se, portanto, da pesquisa qualitativa para entender as dinâmicas e os conflitos locais gerados na etapa final do processo de implantação da UHE Belo Monte. Porém, tal metodologia é instrumentalizada a partir dos métodos da entrevista semiestruturada, da observação participante, da pesquisa documental e da técnica de desenhos.

Adotamos os métodos da observação participante e das entrevistas semiestruturadas com os sujeitos alvo da pesquisa (crianças, adolescentes, familiares adultos, conselheira tutelar, membros do Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, funcionários do CCBM e do Núcleo de Atendimento ao Migrante e às Comunidades Carentes) numa abordagem que pudesse melhor envolvê-los, dando-lhes a possibilidade de ficar a vontade e dialogar os assuntos sem (re)pressão e/ou indução.

No âmbito das entrevistas, a utilização de roteiros previamente elaborados engendra a “possibilidade de posicionar o sujeito, de forma rápida e simples, diante de

indutores que facilitem... [as] expressões do sujeito que se complementem entre si, permitindo-nos uma construção, a mais ampla possível, dos sentidos subjetivos e dos processos simbólicos” (González Rey, 2007: 51). Com isso, torna-se possível apreender o ponto de vista dos atores sociais, com base nos objetivos da pesquisa, além de facilitar a abertura entre as partes para ampliar e aprofundar a comunicação. O formulário é um instrumento do tipo aberto que permite a livre-expressão do sujeito sobre questões sem leque de resposta certa/pré-estabelecida.

Com isto decidimos pela realização de entrevistas com quatro segmentos específicos: (1) movimentos sociais, prioritariamente o MAB; (2) Conselho Tutelar de Direito de Altamira (CTDA), com base em entrevista e análise documental dos relatórios anuais de atendimento do órgão; (3) Sujeitos (crianças, adolescentes e adultos) localizados em áreas de realocação, aqui especificando nos Reassentamentos Urbanos Coletivos São Joaquim e Laranjeiras, sendo 4 adultos e 3 crianças do RUC São Joaquim, e 3 adultos e 2 crianças do RUC Laranjeiras; (4) Núcleo do Migrante de Altamira, com base em entrevista com 1 pessoa.

No total, houve 15 entrevistas, as quais foram analisadas para a construção do presente trabalho, sendo os nomes das pessoas resguardados para evitar constrangimentos, além de nem todas as entrevistas serem utilizadas textualmente, ainda que tenham servido para a análise geral das situações estudadas.

Quanto à observação participante, está dá acesso à verificação dos comportamentos e da forma como entrevistados põem em prática o que dizem (Marconi e Lakatos, 2007). Ao mesmo tempo, permite o acesso a outras linguagens, como a corporal e a visual, em constante processo de construção dos dados da pesquisa via interação dos atores, cujo momento crucial é a entrada e estadia em campo. Na presente pesquisa, a observação participante ocorreu nos RUC Laranjeira e São Joaquim, localizados na cidade de Altamira.

Contudo, o acesso aos locais de pesquisa foi um elemento de dificuldade. Isto devido os RUC's estarem localizados em regiões distantes da área central da cidade de Altamira, a exceção do RUC São Joaquim, que fica bem próximo do centro da sede municipal, o qual também foi alvo de estudo na presente pesquisa, em conjunto com o RUC Laranjeiras. Este último RUC, além do distanciamento geográfico, também possui dificuldade para deslocamento, ante a existência de poucas opções de transporte, basicamente moto-taxi ou táxi, num preço caro, haja vista o RUC não possuir linha de ônibus ou ponto de taxi/moto-taxi interno.

No diálogo/interação com crianças e adolescentes, ficou evidente ao longo da pesquisa que apenas o método das entrevistas semiestruturadas não seria eficaz para a obtenção dos dados, pois ela provocava um acanhamento ou uma inibição que dificultava a própria manutenção do vínculo comunicativo. Por isso, usamos da técnica de elaboração de desenhos pelas crianças e os adolescentes, por meio de realização de oficina temática, de modo a potencializar outras linguagens para expressividade de tais sujeitos, assim como utilizar os desenhos como elemento para o fomento do diálogo.

Nisso, corroboramos o entendimento de Vygotsky (1988) de que a percepção do objeto corresponde a uma atribuição de sentido dada pela criança, constituindo-se numa realidade conceituada, e não unicamente material. Por outro lado, entende-se que os desenhos também são um “suporte em que se misturam e se cruzam os valores do objeto e os valores da pessoa, no momento presente, integrando o passado e a história pessoal, com aspectos sociais e culturais propriamente ditos” (Grubits e Darrault-Harris, 2008: 273-274), com o intenso cruzamento de enunciados que indicam interpretações advindas das práticas de socialização no contexto sociocultural local e tornando os desenhos as traduções dos pontos de vista dos autores.

Por fim, o método da pesquisa documental responde a necessidade de encontrar informações em fontes documentais (relatórios, boletins de ocorrência, materiais jornalísticos, ofícios, etc.) produzidas por instituições públicas e movimentos sociais que atuam diretamente com políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes. Logo, tal coleta de dados tem um enfoque restrito aos documentos, que não precisam ser necessariamente escritos, pois pode ocorrer de se obter notícias de jornais ou outras informações por meios de comunicação que interessem a pesquisa. Ainda assim, dar-se-á prioridade às fontes escritas, primárias ou secundárias, que tenham caráter contemporâneo e também retrospectivo das questões objeto da pesquisa, ou seja, que apresentem dados que versem sobre a conjuntura atual dos impactos sociais que envolvem as crianças e os adolescentes.

## Resultados

### 1. Desmobilização de trabalhadores e os impactos nas condições de vida e direitos de crianças e adolescentes

Os impactos sociais à população afetada pela UHE Belo Monte tiveram processo de intensificação no ano de 2010<sup>5</sup> e acarretaram diversos problemas no município de Altamira, sudoeste do Pará, assim como nos demais municípios de influência direta do empreendimento.

Trata-se de um “desenvolvimento” desigual, acelerado e seletivo, que mascara interesses – e lucros, por vezes ilegais – estatais e empresariais em discursos de “utilidade” ou “bem público” do empreendimento, legitimando o ingresso em territórios historicamente marginalizados e com poucas perspectivas de crescimento econômico e social endógeno, como é o caso do município de Altamira, de modo a orquestrar a vinculação do território e da população local com os destinos e as etapas da obra, num ciclo temporal de abundância e declínio de recursos (financeiros, humanos, estruturais, entre outros) que contraditoriamente (ou nefastamente) gera a sensação de dependência do desenvolvimento local à manutenção de novos ciclos de grandes empreendimentos, portanto, de perpetuação do modelo de desenvolvimento pautado em grandes obras<sup>6</sup>.

Nesse sentido, o cenário da reconfiguração espacial dos territórios “impactados” e a dinâmica de desmobilização dos trabalhadores mantêm, e, com isso, reforçam diversas situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, especialmente em relação à convivência familiar e comunitária, como ressalta o entrevistado A1, do MAB:

“Sempre, para nós, criança e o adolescente é uma parcela que é mais impactada pela situação de vulnerabilidade desse público né, por natureza é um pouco vulnerável e por natureza as destruição das relações sociais, a quebra do vínculo comunitário, do parentesco de família é um aspecto que influencia muito na formação de vida desses

---

<sup>5</sup> A demarcação temporal do ano de 2010 está evidentemente relacionada à emissão da primeira licença ambiental, a chamada “licença prévia”, de aprovação de elementos básicos do empreendimento (localização, concepção e viabilidade ambiental), que ocorreu em abril deste ano. No entanto, é certo que todo o processo desenvolvido antes da emissão da “licença prévia”, portanto, num período temporal que pode ser identificado entre os anos de 1989 – em que houve o Encontro dos Povos Indígenas de Altamira – até 2009 (em que houve o término dos estudos prévios do empreendimento), envolveu formas de afetação e mobilização de diferentes sujeitos (movimentos sociais, técnicos, empresários, meios de comunicação, população local, entre outros) interessados na disputa pela (in)viabilidade do planejamento hidrelétrico no rio Xingu e suas consequências socioambientais.

<sup>6</sup> Para Viveiros de Castro e Andrade (1988), a UHE Belo Monte segue o velho modelo de pilhagem dos recursos naturais na Amazônia, para canalizar os lucros as grandes empresas, fortalecendo ainda mais o padrão desenvolvimentista que aumenta as desigualdades sociais e a espoliação das riquezas dos territórios e das populações locais.

jovens e dessas criança e dos adolescente. Então todos os impactos que a gente relata... achamos que as crianças e adolescentes, podemos considerar em dobro, eles tem um efeito mais negativo, tem um efeito mais durador e tem mais uma, ele causa problemas maiores do que propriamente pra população, né, adulta, considerando que pra população adulta já é enorme esses efeitos e pra crianças, adolescentes e idosos é, eu acho que a sociedade de Altamira ainda não conseguiu perceber que nesse ainda é incalculável os prejuízos que Belo Monte tá causando pra sociedade e principalmente pras nossas crianças e pros nossos adolescentes e os idosos” (Entrevistado A1, gravada em 24 de setembro de 2015).

As categorias geracionais de crianças, adolescentes e idosos são visibilizadas pela configuração da vulnerabilidade social associada às suas condições de desenvolvimento humano que é “redobrada” (ou mesclada) à dinâmica de afetação de dinâmica de operacionalização do grande empreendimento, cuja intensidade e repercussão dos impactos são alçadas à dimensão do “incalculável”, certamente para questionar a capacidade dos estudos técnico-científicos de identificá-los, mensurá-los e projetar sobre eles medidas preventivas, mitigatórias e/ou reparatórias – previamente à instalação do empreendimento, pelo rito administrativo do licenciamento ambiental.

No entanto, o reconhecimento da dupla afetação à que estão suscetíveis as crianças e os adolescentes em contexto de grandes empreendimentos não representa somatória de duas dimensões da violência – as que se poderia definir como violência social de recorte geracional e violência estrutural relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista –, mas numa miríade de violências e opressões sociais que encontram nesses sujeitos condições mais propícias de ocorrência e de dano às suas condições peculiares de desenvolvimento devido às dinâmicas de configuração sócio-demográfica no contexto de grandes empreendimentos, inclusive no período de desmobilização dos trabalhadores do território.

Esse é um cenário preocupante no município de Altamira, haja vista, como disse o entrevistado A1, que “não há nenhuma frente de serviço que absorva essa mão de obra” que está sendo dispensada, aos milhares, dos canteiros de obra da UHE Belo Monte<sup>7</sup>, convertendo-se em uma massa de trabalhadores desempregados e podendo, assim, influenciar na precarização das condições de vida, e com isso na ocorrência de novas violações aos direitos de crianças e adolescentes.

---

<sup>7</sup> Segundo dados do CCBM (2016), no período entre outubro de 2015 e abril de 2016 houve a demissão de 3.332 pessoas que residiam na cidade de Altamira, dentro do universo mais amplo de 15.680 pessoas demitidas, constituindo-se no principal município de “retorno” dos trabalhadores.



Internamente dentro do CCBM, a questão apurada com a entrevistada A2, é de que a “percepção dos funcionários” é de não existência de continuidade de grande empreendimento no Brasil para contratação do montante ou de parte considerável dos trabalhadores da UHE Belo Monte, tal como ocorreu, entre 2010 e 2011, com a desmobilização dos trabalhadores das Usinas Jirau e Santo Antônio de Porto Velho/RO, para serem absorvidos pela própria UHE Belo Monte, segundo indicou a entrevistada. O ponto central levantado por ela é a “demora” nas decisões governamentais sobre a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que tem a intenção de construir cinco hidrelétricas entre os rios Tapajós e Jamanxin, no oeste do Pará, e que seria, no entender dela, o caminho mais seguro para a manutenção das pessoas em trabalhos ligados às grandes hidrelétricas, evitando, assim, que fiquem sem emprego.

De acordo com Alves e Thomaz Júnior (2012), a migração do trabalho decorrente das grandes obras geradoras de energia na Amazônia insere-se num contexto histórico de intenso processo de expansão e desenvolvimento das relações capitalistas na região, sobretudo a partir da década de 1960, marcado pelas lutas de classes na apropriação de territórios e os recursos que são promovidos pela indústria barrageira, além de projetos agrícolas e minerais.

Assim, com a implantação de um empreendimento hidrelétrico, como a UHE Belo Monte, constata-se um intenso processo de reorganização econômica e territorial da região diretamente afetada pelo empreendimento, gerando um imenso processo de “desterritorialização” e “reterritorialização”, ou seja, no momento em que um empreendimento de grande porte se instala em uma determinada local, como é o caso do município de Altamira, há uma drástica mudança no espaço, ocasionando, assim, diversos processos de desterritorialização de caráter geográfico, social, cultural, simbólica, afetiva, dentre outras nuances.

Essa desterritorialização é uma face de tal dinâmica, que gera um processo de transformação local, como também um intenso fluxo migratório que não deixa de ser uma reterritorialização, haja vista que há deslocamento de pessoas de um determinado território para outro, gerando assim uma reordenação espacial que vem acompanhada de um movimento de dupla migração: os que são desalojados ou retirados de seus locais de moradia e convivência social devido estarem situados em áreas tecnicamente classificadas como “diretamente afetada” ou “diretamente atingidas” pelas dinâmicas de trabalho ou efeitos socioambientais do grande empreendimento; das pessoas externas ao território que ingressam nele em busca de oportunidades de trabalho, seja formal ou

informal, e melhoria das condições de vida, e que com o final da obra repercute em nova onda migratória (ou êxodo territorial), ainda que os que migram deixem para trás bem mais do que a memória dos tempos vividos, mas, em muitos casos, laços sociais e relações de parentesco rompidas ou prejudicadas pela “inevitabilidade da partida”.

Este último aspecto é um fator notado pelo próprio Conselho Tutelar de Direitos de Altamira (CTDA), em que o entrevistado B1 afirma que há uma grande preocupação quanto ao processo de desmobilização dos trabalhadores de Belo Monte, haja vista que o mesmo não diminui o quantitativo dos casos de conflitos familiares relacionados à dinâmica de operacionalização da hidrelétrica.

[..] a gente diz que eles [os trabalhadores] foram embora, mas pra nós, aqui do Conselho não, pra nós não porque continua a demanda muito grande e ainda com essa desculpa que a barragem agora, vai embora, tão indo embora mas pra nós continua do mesmo jeito, pra nós não diminuiu nada, o atendimento continua do mesmo jeito, e ainda da gente percebe que na rua tem muito homem. (Entrevista realizada em 15 de junho de 2016).

A situação de desemprego em escala de milhares de pessoas e os deslocamentos territoriais decorrentes afetam o cenário econômico local e regional, provocando novos (ou a agudização de velhos) focos de vulnerabilidade social às pessoas e às famílias que podem ocasionar a precarização da qualidade de vida, a redução da capacidade de acesso a bens e serviços, e a maior suscetibilidade à ocorrência de violações de direitos, especialmente às crianças e aos adolescentes. O desemprego se relaciona à perda do poder aquisitivo para aumentar o grau de vulnerabilidade de crianças e adolescentes a outros cenários de violações de direitos, como o trabalho infantil, a exploração sexual e os conflitos familiares, enfim, às situações que acabam encontrando em tal conjuntura um elemento propiciador para suas ocorrências, ou intensificação.

De certo, quando indagada sobre se o aumento dos conflitos familiares está relacionado com o processo de desmobilização dos trabalhadores da UHE Belo Monte, a entrevistada B1, do CTDA, coloca que tais conflitos têm aumentado consideravelmente devido ao rearranjo das famílias, pois com o retorno de milhares de trabalhadores, majoritariamente do sexo masculino, para seus locais de origem, existem crianças e adolescentes, filhos destas pessoas, que permanecem no território de Altamira, daí que:

“... agora nos temos preocupação aqui de que os trabalhadores estão voltando para suas terras e com isso muitos ficam e outros vão, nessa ida eles não voltam, isso dá um trabalho enorme para o Conselho porque tem a questão da transferência escolar e ai às vezes eles não levam a família, vão pra outro lugar na promessa de que vai mandar alguma coisa , promessa de vim buscar essa família e não vem, entendeu?” (Entrevistada B1, gravada em 15 de junho de 2016).

Concomitante à atenção dada à perda ou degradação dos vínculos familiares, há a preocupação quanto à garantia do direito à educação ante o impasse de fazer ou não a transferência escolar, porque o pai foi para seu lugar de origem com a promessa de que iria voltar para buscar a família, e muitas das vezes não é exatamente isto que acontece e a família fica “abandonada” no município sem nenhum tipo de apoio ou assistência.

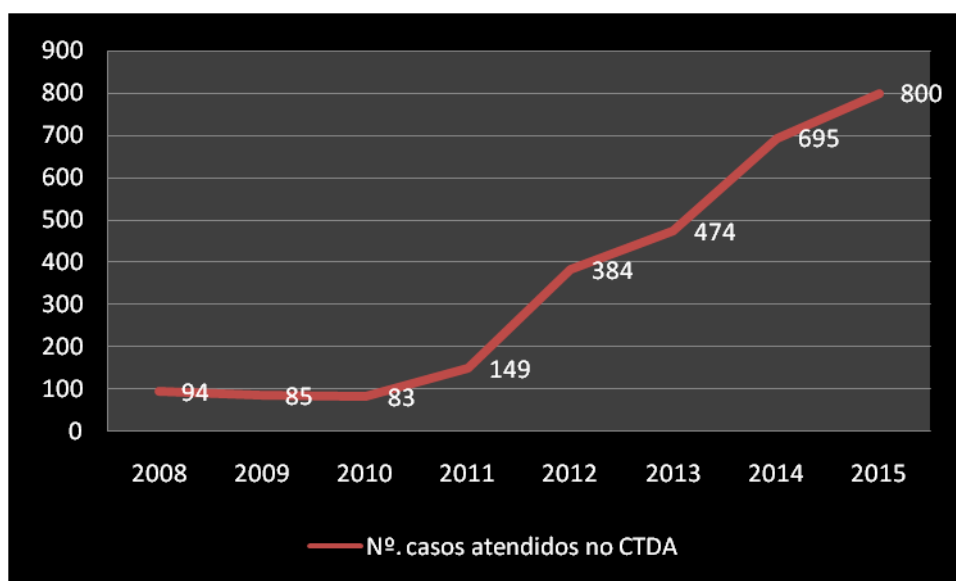
Outro fator intensificador do conflito familiar destacado na fala da conselheira (Entrevistada B1) é o atraso na resolução judicial de casos relacionados ao reconhecimento de paternidade, à definição da guarda dos filhos e/ou à pensão alimentícia, sobretudo devido à carência de defensor público estadual no município de Altamira que acarreta o atraso nos atendimentos e nos processos encaminhados pelo órgão e, conseqüentemente, no acirramento ou prolongamento da situação de violação de direitos da criança e do adolescente alvo do acionamento do órgão.

“[...] e nos temos uma situação muito grave aqui que é a situação de falta de defensor público e isso atrapalha. Porque assim eles esperam a guarda compartilhada, mas chega lá e não tem, a defensoria pública não tem, ne, o defensor pra atender e a demanda tá muito grande.

... esse pessoal que vem de fora, eles não tem muita ligação com a família, eles tem com eles mesmo se divertir, eles não tem muita intenção de ficar com os filhos, pra eles é normal eles saírem e deixarem filho aqui em Altamira, deixarem em outros lugares, nas boas conversas as mulheres acabam caindo e ai vai ficando as crianças dessa forma, e ai que entra as brigas porque as mães vem aqui no Conselho pedindo pra que encontre esse pai dessa criança e as vezes não quer aceitar, não quer registrar porque eles dizem que não tem certeza se é dele e temos todas essas situações ( Entrevistada B1, gravada em 15 de junho de 2016).

Para ter-se dimensão estatística da quantidade de casos de conflitos familiares que ingressaram no CTDA nos últimos anos, o gráfico abaixo (Gráfico 1) apresenta os dados obtidos dos relatórios anuais do órgão, no período histórico compreendido entre 2008 – portanto, anterior às influências direta da UHE Belo Monte – e 2015.

**Gráfico 1. Atendimento de casos de conflitos familiares no CTDA**



Fontes: CTDA (2016); Oliveira, Conceição e Horizonte (2014).

Oliveira, Conceição e Horizonte (2014) já haviam atestado o crescimento vertiginoso da quantidade de casos a partir de 2011, coincidindo com o período de instalação da UHE Belo Monte, ocorrida no mesmo ano com a emissão da Licença de Instalação. Segundo os autores, com base nos dados recebidos até 2014, a maior porcentagem de aumento ocorreu entre os anos de 2011 e 2012, com um salto de 157% de casos atendidos pelo CTDA.

Porém, a quantidade de casos de conflitos familiares continua a crescer, e o estágio atual, do ano de 2015, é dez vezes maior do que o verificado no ano de início da obra, em 2010. Portanto, saltou-se, em seis anos, de 83 casos para 800 casos atendidos, permanecendo o município com um único CTDA para dar conta do atendimento desses casos, isto sem contar as diversas outras demandas de atendimento que o órgão atende, num quadro de sobrecarga de serviço e precarização das condições de trabalho que evidencia, há tempo, a necessidade de implantação de um segundo CTDA no município (Oliveira, 2013, 2015; Pinho e Oliveira, 2013).

Mas a análise dos dados estatísticos também revela a coincidência temporal entre os dois anos com maior da quantidade dos casos de conflitos familiares (2014 e 2015) e a redução drástica das condições de atendimento da Defensoria Pública do Estado (DPE), justamente o órgão mais demandado para atuar em tais situações.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), no segundo semestre de 2014 a DPE “fechou suas portas... no pico da obra” (ISA, 2015: 12). A expressão “fechar as portas”

deve ser assumida num sentido simbólico e metafórico, pois o que ocorreu foi a remoção por substituição dos defensores público, sem a lotação permanente de novos profissionais, mas a formação de uma equipe de defensores públicos que vinha ao município a cada 15 dias para realizar atendimento ao público por uma ou duas semanas.

A desconexão entre o planejamento administrativo da DPE e a dinâmica de operacionalização da UHE Belo Monte torna-se evidente, revelando um quadro misto que engloba tanto à redução da prioridade de importância do município (ou da região) para lotação permanente de defensores públicos, quanto à implicação que a falta de investimentos no Sistema de Justiça nas condicionantes socioambientais<sup>8</sup> ou de maneira prévia pelo Estado, geraram no direito à assistência judicial gratuita da população local, preferencialmente as crianças e os adolescentes. Cabe informar que somente em julho de 2016, a DPE voltou a ter uma equipe permanente de cinco defensores públicos.

Outra questão é o fato da perda de mão de obra e o retorno da mesma aos locais de origem provoca um efeito de redução demográfica no município de Altamira, cenário já planejado pelo próprio empreendedor (NESA, 2015a). Mais importante nisso é que há também a redução da arrecadação de impostos e outros tributos por parte do Estado, assim como de demanda para com determinados serviços oferecidos pelo mercado.

No primeiro caso, significa pensar que o Estado e, particularmente, a Prefeitura Municipal de Altamira (PMA), terá menos condições financeiras de custear as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas às crianças e aos adolescentes, agravada pela conjuntura nacional de crise econômica. No segundo, o mercado perde o aquecimento da demanda decorrente da dinâmica de implantação da UHE Belo Monte, o que provoca outra onda de “desmobilização” de recursos humanos, ou melhor, de demissões no mercado local e de diminuição de preço de produtos e serviços, certamente ensejando o reaquecimento do trabalho informal e a precarização das condições de vida, os quais afetam diretamente as crianças e dos adolescentes, seja em seus cenários de convivência familiar ou na inserção deste público em novos focos de trabalho infanto-adolescente informal e/ou precário.

---

<sup>8</sup> De acordo com Oliveira (2015), o Sistema de Justiça não teve nenhum investimento assegurado no âmbito das condicionantes socioambientais da UHE Belo Monte. Apenas a Segurança Pública acabou obtendo tais investimentos, não como condicionantes socioambientais, mas sim por meio de Termo de Cooperação Técnico-Financeira assinado entre o Governo do Estado do Pará e a NESA, em 2013, que previa o investimento de 115 milhões de reais em equipamentos e infra-estrutura para os órgãos da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE), cujas medidas mais estruturais, como a reforma dos prédios das duas polícias só ficou pronto em 2015, e a construção de um novo centro regional de recuperação de detentos.

## **2. Cenários de vida de crianças e adolescentes nos Reassentamentos Urbanos Coletivos**

Os reassentamentos no município de Altamira, sejam urbanos ou rurais, são áreas de aquisição pela NESAs em que são realocadas famílias, ante o fato de suas moradias de origem estar numa medição métrica abaixo da Cota 100, é dizer, de altura abaixo de 100 metros acima do nível do mar, que é o nível de aumento do volume de água no rio Xingu devido o barramento para a geração de energia e do alagamento que formará o lago para abastecimento da hidrelétrica.

Em termos técnicos, no Plano Básico Ambiental da UHE Belo Monte consta que os RUC's devem ser feitos "em outra área na cidade de Altamira próxima ao local de origem ou dotada de condições de infraestrutura semelhantes ou melhores que as originais, conforme detalhado no Projeto de Reassentamento Urbano (NESAs, 2011: 265). Frisa-se o fato dos RUC's terem que apresentar "condições de infraestrutura", isto é, habitação, organização socioeconômica, condições ambientais e acesso a determinados serviços básicos, como transporte, educação, saúde, lazer, entre outros, em condições semelhantes ou melhores do que as que as pessoas reassentadas tinham em seus locais de origem, mesmo com a vagueza da definição de quem fará a avaliação de se são piores, iguais ou melhores, e a partir de quais critérios de avaliação/monitoramento.

De certo, há uma disparidade entre o discurso oficial do empreendedor e aquilo que realmente a população diretamente envolvida, no caso, os reassentados e as reassentadas, colocam nas entrevistas.

Por um lado, os RUC's aqui analisados, São Joaquim e Laranjeiras (este último localizado as proximidades do aeroporto de Altamira, portanto, numa área afastada do centro comercial), possuem algumas das estruturas físicas instaladas ou concretizadas, como as habitações, o asfaltamento das ruas, as calçadas especiais, a rede de água potável, ainda que com problemas de distribuição para as casas, dentre outras estruturas que estão em fase de concretização ou que já foram concretizadas. Entretanto, isso não significa que estejam funcionando perfeitamente, pois, como colocam os próprios moradores, esta é uma realidade que está longe de ser similar à perspectiva otimista propagandeada pela NESAs:

“[c]omo em todos os bairros construídos pela Norte Energia, o Laranjeiras possui infraestrutura completa com ruas pavimentadas, passeio adaptado para cadeirantes e pessoas com deficiência visual, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública, água potável encanada, sistema de esgoto e Unidade Básica de Saúde, já concluída para ser entregue e administrada pelo poder municipal” (NESA, 2015b).

Logo, por mais que estes sujeitos tenham sido realocados, particularmente as crianças e adolescentes, ainda são impactados pelas transformações geográficas em seus “novos” territórios, principalmente no que se refere às políticas públicas que o reassentamento não tem, ou pelo menos não como deveria ser (ou como a NESA alude em seus informes).

No RUC São Joaquim, o entrevistado E1, morador do local, indicou que o principal problema relacionado às crianças e aos adolescentes refere-se ao acesso à educação, pois o RUC ainda não conta com a escola que deveria estar pronta antes do processo de realocação dessas famílias:

“[h]oje, escola, pela distancia. Meu filho acordava seis e meia ia pra escola de pé, hoje ele vai acordar cinco e quarenta, e seis horas ele tem que tá no ponto pra poder ir pra escola. Se hoje uma professora deixou de ir ele vai ficar na escola ate doze e quinze pra poder vim pra casa, independente dele sair cedo, independente dele sair tarde, então isso pra eles é muito complicado entendeu?” (Entrevista realizada em 30/09/2015).

Assemelha-se a isto a fala da moradora do RUC Laranjeiras;

“Sim, a distancia da escola porque não inauguraram essa daqui ainda, ta toda feita mais ainda não inaugurou. Minha filha tava estudando lá perto do Ambé ai ela chegava às sete horas da noite, isso quando meu marido não ia buscar” (Entrevistada F1, entrevista realizada em 29/08/2015).

Segundo o ISA,

“[o] programa de realocação urbana tem sido desorganizado, inadequado e pouco transparente. Há mais de um ano, praticamente 3.000 famílias já residem nos novos loteamentos (chamados de Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs), sem serviços públicos adequados, incluindo transporte, saúde e educação” (2015: 12).

Nesse sentido, há a confluência entre verificações objetivas e sentimentos subjetivos de desconformidade entre as condições reais dos novos territórios e aquilo que ele deveria ter (ou que foi prometido e/ou estava planejado oficialmente). A isto, soma-se o não funcionamento dos postos de saúde que tiveram a estrutura física finalizada, porém sem equipe de profissionais e medicamentos permanentes, só funcionando em períodos de campanhas para vacinas, como ressalta a moradora do RUC Laranjeiras.

“E aquele posto tá fazendo o que lá parado? Gente, pelo amor de Deus, a minha menina tá com vacina atrasada, sabe? Ai eu fui na campanha, que a dita vacina né, já apareceu outra vacina ai com a vacina da gripe e eu to precisando tratar a minha outra, a BPP, e num tem. Esse posto de saúde aí gente, juntemo uma mulherada ai e fumo lá quem tava tomando de conta daquilo lá tava fazendo daquilo lá de motel”. (Entrevistada C, entrevista realizada em 29/04/2016).

Percebe-se o “descaso” do empreendedor e do poder público com os moradores desses reassentamentos, pois mesmo eles estando “livres do risco de alagamento”, ou de não morarem mais em áreas consideradas de riscos – o que institui na percepção do empreendedor à avaliação automática de que as condições dos RUC’s são melhores do que as dos seus locais de origem –, são constantemente violados em seus direitos, devido ao déficit de cumprimento das condicionantes previstas no PBA.

Contudo, outro fator preocupante na fala da entrevistada C, a outra finalidade dada à Unidade Básica de Saúde do RUC São Joaquim, de servir como “ponto de motel pelo vigia”, segundo indicou a entrevistada. A questão deve ser aprofundada e contar com uma investigação de cunho administrativo, para apurar a alegação, mas também coloca a preocupação de se este local pode estar sendo utilizado como ponto de referencia para exploração sexual de crianças e adolescentes, além de tornar visível o uso indevido dado ao local.

Paralelamente a isto, se soma o impacto na vida social destes sujeitos atingidos pelo processo de inserção no novo território. Ao ser removido para o reassentamento, ocorre drástica mudança de um território para outro com um processo de reterritorialização “forçado”, como pode se percebido na fala do morador do RUC São Joaquim

“[...] uma mudança é sempre mudança né, foi um impacto porque praticamente eu mexo com salgado e to dando seguimento a padaria,



essas duas semanas entregando salgado vire e mexe eu entro na minha rua, que fica ali ao lado, na entrada do anel viário né, na virada da Transbrasiliana, ai quando eu pensar que não, dia desse eu cheguei quando eu descendo a ladeira, eu, ‘eita, to em casa!’ Então o sistema de readaptação é um pouco assim demorado né, para gente se acordar e falar, agora eu to num novo bairro, a vizinhança é diferente, a gente tem que fazer novas amizades” (Entrevistado D, entrevista realizada em 30/09/2015).

Nesse sentido, a ligação com determinado território é muito forte, pois se atrela ao sentimento de pertencimento, à identidade e às significações próprias de um território usado, como observa Santos:

“[o] território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais é um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, logo, entender que se esta falando em território usado, utilizado por uma dada população” (Santos, 2002: 96).

Esse sentimento de identidade, de pertencimento ao lugar também é perceptível na fala da adolescente, de 15 anos, moradora do RUC São Joaquim, quando a mesma relata que gosta do atual local de moradia, porém ele, às vezes, se torna chato pelo fato de que ela perdeu a sua rede de sociabilidade: “[é] legal, mas ao mesmo tempo é chato, porque eu gostava de lá, porque era legal” (Entrevistada G, realizada em 29/04/2016). E quando indagada sobre o que tinha no antigo local de moradia que era “legal”, ela responde: “[m]eus amigos, lá eu brincava, aqui eu não brinco”.

A dimensão “incalculável” dos impactos sociais representa os sentimentos sobre o território de origem e as relações de amizade e de convivência comunitária desconstituídas pela dinâmica de realocação, as quais interferem diretamente nas oportunidades de materialização do direito ao lazer e ao brincar, e certamente no desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes.

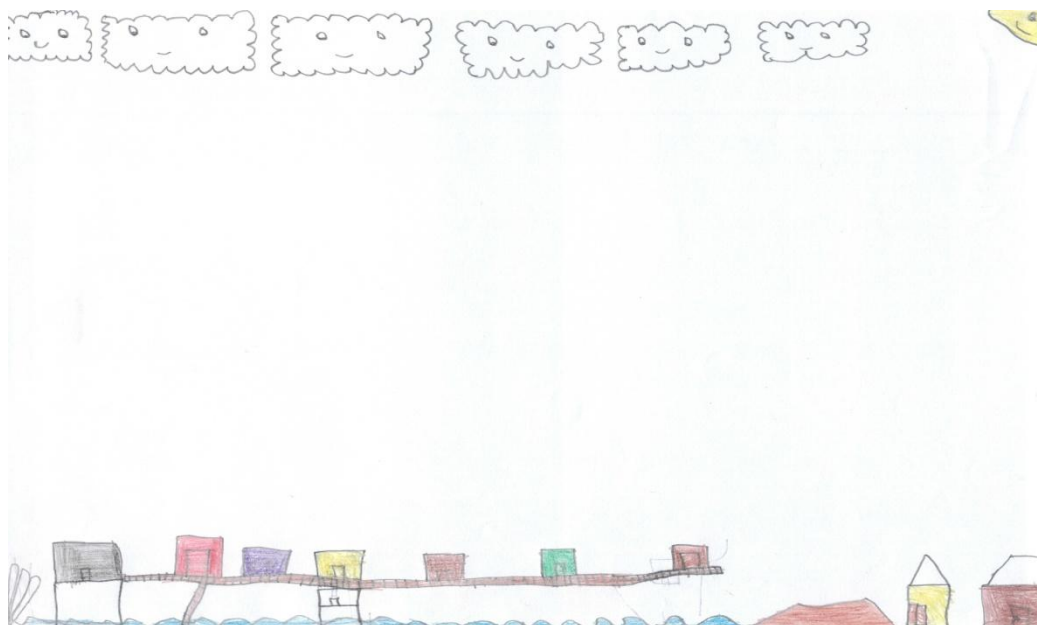
Ao mesmo tempo, a falta de mais lugares para lazer no RUC São Joaquim é prejudicial à vida comunitária e familiar da criança, haja vista contar com apenas uma quadra poliesportiva, a qual, segundo os moradores, não é apropriada para o uso por crianças e adolescentes, inclusive por terem se tornado espaços de venda e consumo de drogas, além de possíveis focos de exploração sexual, especialmente no período noturno, reforçado pelo fato da iluminação pública ser deficitária no local.

Durante os períodos de estadia no RUC São Joaquim, em contato com crianças e adolescentes, percebeu-se que a carência de opções de lazer prejudica a sociabilidade comunitária das crianças e dos adolescentes, e reforça a necessidade de utilização das tecnologias da comunicação e da informação, especialmente da internet, dos celulares e das redes sociais digitais, para interagir e “brincar” virtualmente com seus amigos, inclusive aqueles que eram dos locais de origem, o que coloca uma interessante forma de manutenção dos vínculos de amizade no espaço virtual devido a impossibilidade de garanti-los no espaço real.

De certo, é importante compreender as implicações que acarretam as políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida das crianças e adolescentes e as formas como as mesmas participam dos espaços de convivência nos territórios “impactados”, pois se trata de reconhecê-los como seres atuantes e participativos na sociedade, exigindo compreendê-los através de suas próprias falas e ações, levando em consideração o seu contexto social e cultural.

Nesse sentido, o lugar, o território de origem concebido em suas múltiplas percepções, é representado no desenho da criança de oito anos do RUC Laranjeiras, abaixo apresentado (Figura 1):

**Figura 1. Desenho da Criança do Local de Origem**



No desenho, a criança expressa sua forma de ver o território antes habitado por ela e sua família na Rodovia Ernesto Acioly, área considerada de diretamente atingida.

Ao traçar um mapa mental do território e como o mesmo era configurado espacial, desenha e narra como eram as casas de palafitas, quem eram seus vizinhos, seus amigos e como convivia no lugar, enfatizando as relações de convivência familiar e comunitária, assim como os perigos que sentia e passava:

“Lá era alagado, às vezes lá tinha cobra, lá ela [a cobra] matava cachorro, matava galinha, ela comia, a gente não podia nem brincar lá em baixo lá, a cobra ficava lá querendo pegar. Eu gostava de correr por lá, lá pra frente, lá por baixo. Eu tinha coleguinha e as minhas irmãs cresceram ali” (Entrevistado H, registro de conversa realizada em 30/06/ 2016).

Antes de relembrar dos amigos e das brincadeiras do local de origem, a criança rememora o modo de ocupação sem planejamento urbano, indiretamente indicando as carências de serviços públicos essenciais, como coleta de lixo, saneamento básico, rede abastecimento de água, dentre outros fatores. Um cenário de precarização das condições de vida é entrecortado pela memória das relações sociais, certamente não para dizer que as condições de infraestrutura eram melhores antes do que são agora, mas para indicar que somente elas não bastam para definir se o território é ou não “melhor” ou “satisfatório” para se morar e conviver, pois uma série de outros elementos sociais, afetivos, simbólicos e culturais, fundamentalmente imateriais, torna-se necessária para a avaliação dos sujeitos sobre suas condições de vida e o que representa para eles os distintos territórios vividos.

No desenho abaixo (Figura 2), a mesma criança do primeiro desenho (Figura 1), agora reflete e expressa no papel como conceber o novo território, o RUC onde mora.

**Figura 2. Desenho da Criança do RUC onde mora**



Observa-se na figura 2 uma configuração espacial distinta da figura 1, em que, de forma sintetizada, a criança expressa o modelo de ocupação padronizada do RUC, com casas similares, pequena arborização e rua pavimentada. Quando perguntado à criança o que mudou, ela simplesmente falou: “Mudou a casa, mudou a mesa, mudou tudo!” (Entrevistado H). A princípio, o desenho e a afirmação poderiam passar a sensação de conforto ou de satisfação para com o território habitado, mas o embelezamento paisagístico do reassentamento não reduz o impacto dos problemas sociais e do não ou mau cumprimento das condicionantes, já citadas acima, e como também ressalta o entrevistado A1:

“A gente vê todas as estruturas, todas já danificadas num curto espaço de tempo, a gente vê a dificuldade de drenagem pluvial das águas no reassentamento, a gente vê lama no meio da rua, vê barro, a gente vê asfalto afundando e são dois/três anos de reassentamento, imagine mais do que isso com dez ou vinte anos, vai ter o que dessa estrutura que foi feita? Então, a nossa crítica não é quanto à concepção de reassentamento, a nossa crítica não é ao conceito de reassentamento, a nossa crítica é a concepção que a Norte Energia adotou tornando o reassentamento qualquer vila residencial, né, [mas] qualquer amontoado de casas com construção pro povo não é adequado e a partir daí dizendo que isso é um reassentamento, pra nós a Norte Energia não fez reassentamento, ela fez aglomerado de casa né e que agora tá remendando aí, botando um posto de saúde aqui, uma quadra de esporte acolá, pra nós o conceito de reassentamento é mais amplo do que a Norte [Energia] aplica aqui na região.”

A ponderação do militante social do MAB coloca em discussão a necessidade de monitoramento das condições de vida nos RUC's ao longo dos anos, e não apenas enquanto o foco de atenção estiver nas suas finalizações.

Pensar o futuro dos RUC's é discutir responsabilidades públicas e privadas sobre a manutenção dos seus equipamentos sociais e a melhoria das condições de vida. Além disso, é também projetar o modo como as pessoas irão reterritorializar tais espaços, tal como já vem ocorrendo em algumas casas, com a utilização de determinados espaços das mesmas para abertura de pequenos comércios, como cabeleireiros, depósito de bebidas, farmácias e bares. Ainda assim, é no plano das crianças e dos adolescentes, e de “se” e “como” vão transformar tal território em seus locais de moradias, e nas condições objetivas de acesso das mesmas às políticas públicas, que residem as problematizações para o futuro, antevendo, desde já, a necessidade de novas pesquisas para continuar a identificar e avaliar os impactos sociais nos reassentamentos urbanos que afetem os direitos de crianças e adolescentes.

## **Discussão**

A partida (dita inevitável) dos trabalhadores da UHE Belo Monte para seus locais de origem e a remoção das famílias atingidas para os RUC's projeta duas narrativas distintas de movimentos migracionais que impactam de diferentes formas as condições de vida e os direitos de crianças e adolescentes.

Ambos os roteiros migracionais repercutem na convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, seja pelos pais/trabalhadores que retornam sem seus filhos (e as mães deles), classificados pelo CTDA como “conflitos familiares”; seja a perda ou a redução da rede de sociabilidade, sobretudo de amizade relacionada ao lazer, com o deslocamento dos territórios atingidos para os RUC's, ainda que haja a manutenção pelas redes sociais digitais, ao que tudo indica para alguns, não para todos.

Além disso, evidenciou-se o descompasso entre o planejamento dos dois movimentos migracionais e os serviços básicos de atendimento às crianças e aos adolescentes, o que acaba por fomentar ou intensificar a afetação às condições de vida de tais sujeitos.

## **Referências**

- ALVES, J.; THOMAS JÚNIOR, A. A migração do trabalho para o Complexo Hidrelétrico Madeira. In: **XIII Jornada do Trabalho**, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000142012000100032&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000142012000100032&lng=en&nrm=iso)>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.
- CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DE ALTAMIRA (CTDA). **Estatística dos encaminhamentos e casos dos conselheiros tutelares de Altamira do período de janeiro a dezembro de 2015**. Altamira: CTDA, 2016.
- CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM). **CR-CO-QMSSRS-OG-187-2016 – Solicitação de dados sobre desmobilização dos recursos humanos**. Altamira: CCBM, 2016.
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade – os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.
- GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I. Cultura e sociedade: ouvindo crianças indígenas através de sua produção artística. In: CRUZ, S. H. V. (org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa**. São Paulo: Cortez, p.264-280, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. Brasília: Instituto Socioambiental, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NORTE ENERGIA S.A. (NESA). **Projeto Básico Ambiental – Volume II: Plano de Atendimento à População Atingida**. Brasília: NESA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes**. Brasília: NESA, 2015a.

\_\_\_\_\_. Laranjeiras em fase de conclusão. In: **Norte Energia**, 03 jun. 2015b. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2015/06/03/laranjeiras-em-fase-de-conclusao/>

OLIVEIRA, Assis da Costa. Políticas públicas de crianças e adolescentes no contexto das grandes obras: reflexões sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 17, n.2, p. 289-302, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Violência Social e Belo Monte: o dito e o não dito nas condicionantes. In: Instituto Socioambiental (ISA). (Org.). **Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. Brasília/DF: Instituto Socioambiental, p. 139-147, 2015.

OLIVEIRA, A. C.; CONCEICAO, R. S.; HORIZONTE, J. S. Impactos de grandes obras na dinâmica urbana de crianças e adolescentes: a implantação da Usina de Belo Monte. In: **Ponto-e-Vírgula (PUCSP)**, v. 16, p. 185-205, 2014.

PINHO, V. A.; OLIVEIRA, A. C. (coords.). **Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira-PA**. Altamira: s/ed., 2013. Disponível em: [www.rodasdedireito.com.br](http://www.rodasdedireito.com.br)

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP. 2002.

SEVÁ FILHO, A. O. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: Sevá Filho, A. O. (Org.). **Tenotã-Mõ: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN, p. 29-54, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L.M.M. de. Hidreletricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M.

(orgs). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, p.7-23, 1988.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.